

TRACTEBEL

Pauta de reivindicações foi entregue ontem

A Plenária que aconteceu no último sábado, dia 15, em Florianópolis, definiu a Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores da Tractebel Energia visando o Acordo Coletivo deste ano.

Os Trabalhadores que participaram da Plenária, em número expressivo, discutiram e deliberaram, durante aproximadamente 4 horas, as cláusulas que foram aprovadas nas 15 assembleias que aconteceram em todas as áreas da empresa, definindo o rol de reivindicações.

A Plenária discutiu além da Pauta, a conjuntura Econômica em que se dará a Negociação deste ano, com uma apresentação do Economista do Dieese, Daniel Passos, e os resultados da empresa no primeiro semestre, com uma apresentação do Conselho representante dos Empregados, Luiz Antonio Barbosa.

À noite houve uma confraternização entre os participantes e acompanhantes em um jantar alegre e descontraído.

A Plenária também definiu a chapa que será apoiada pela Intersul para participar da eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração da Tractebel, que acontecerá em 2012.

A definição foi entre os pré-candidatos indicados nas assembleias e, por maioria dos votos, a chapa escolhida ficou como titular Luiz Antonio Barbosa e como suplente Roberto Vencato (Betinho).

Ainda com relação à eleição do representante dos empregados no Conselho da empresa, a Plenária também discutiu as premissas que nortearão a atuação da candidatura apoiada pela Intersul, assim definidas: defesa dos direitos dos trabalhadores,

combate à prática antissindical e defesa da energia elétrica como bem público.

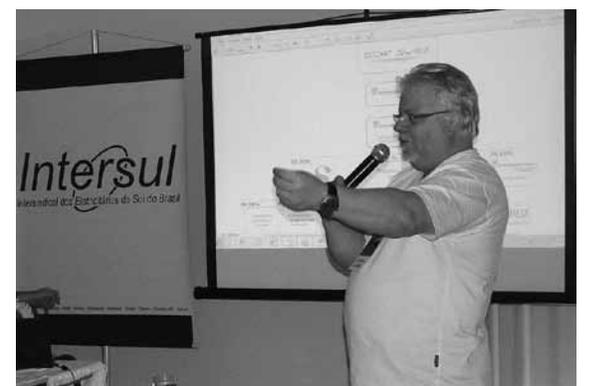
A entrega e a apresentação da Pauta de Reivindicações e correspondência das pendências administrativas aconteceram ontem, às 14 horas, marcando o início das negociações entre a Intersul e a Tractebel, visando o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012.

Na reunião de negociação, que teve a participação, pela empresa, do diretor de produção Carlos Cauduro Minuzzo, do diretor administrativo Luciano Flávio Andriani e do assessor de relações trabalhista Eduardo Veloso, os dirigentes da Intersul esclareceram todas as cláusulas da pauta e as questões contidas na correspondência das pendências administrativas.

O sentimento comum observado entre os trabalhadores, tanto nas assembleias quanto na Plenária é que:

“Os excelentes resultados alcançado no 1º semestre indicam que este será um ano excepcional, a exemplo dos anteriores. Assim, não há dúvidas de que a empresa terá plena condição para atender às reivindicações de seus trabalhadores.”

A Pauta e a correspondência de pendências administrativas serão divulgadas nos próximos boletins da Intersul.



Greve no ONS

Leia na página Central

Fórum de debates sobre a política de operação

O entendimento dos sindicatos que compõem a Intersul sempre foi de que o estabelecimento de uma nova política de operação deve ser feita com a participação dos trabalhadores, caminhando de mãos dadas com a empresa para mantê-la pública.

O primeiro sinal de que a empresa entendeu essa necessidade foi a realização do Fórum de Debates sobre a Política de Operação, nos dias 05 e 06 de outubro. O evento aconteceu na sede da empresa e contou com a participação de todos os diretores, das entidades sindicais, de representantes das diversas áreas da operação, além de representantes do poder público, convidados pelas entidades sindicais.

Na avaliação da Intersul, a criação do Fórum de Debates se deve a insistência das entidades sindicais. De qualquer forma, esse foi um passo importante dado pela diretoria da empresa.

No fórum, os sindicatos argumentaram que a redução dos postos de trabalho, a desassistência indiscriminada de unidades operacionais, a não reposição dos quadros de operação e manutenção do sistema não são o meio adequado para que a empresa alcance seus objetivos.

A expectativa é que os representantes da empresa tenham compreendido que, para os representantes dos empregados, as empresas públicas não podem ser administradas sob uma ótica simplista de redução de custos e ampliação de lucros. As decisões referentes à Política de Operação, pela sua magnitude, precisam ser tomadas após um amplo debate com os setores envolvidos.

Nesse sentido a proposta apresentada pelos sindicatos foi a suspensão temporária da implantação da política de operação em curso e a instituição de um Grupo de Trabalho para apresentar alternativas que atendam às necessidades da empresa conciliadas com os interesses dos trabalhadores, além de garantir melhor atendimento às necessidades da sociedade.

Em suas considerações finais o Presidente da Eletrosul, Eurídes Mescolotto, manifestou que as questões humanas e sociais devem ser objeto de análise mais aprofundada e discutida com as entidades sindicais. Quanto à instituição do Grupo de Trabalho, o presidente se limitou a dizer que o assunto só será decidido após uma análise no pleno da Diretoria da Eletrosul.

OCUPE WALL STREET

Manifestantes foram às ruas em várias cidades do mundo no último sábado, em apoio ao movimento "Ocupe Wall Street". Protestos contra a desigualdade econômica foram vistos em países da Europa, Ásia, Estados Unidos e Canadá. Sim, no centro do capitalismo que "deu certo", aquele que se apresentava até bem pouco tempo como "american dream". Quantos brasileiros foram atrás deste sonho nas décadas de oitenta e noventa. E não poderia ser diferente, com a queda do muro e o fim da história, só restava aproveitar as benesses do novo mundo. Um mundo de fantasia alicerçado na especulação financeira e na loucura do crescimento econômico sem limites. No pouco tempo que durou o delírio pregou-se o fim do estado, pois, o mercado cuidaria de tudo e de todos não deixando faltar nada para ninguém. Que o digam os pobres que se multiplicam a cada dia em New York (a big apple), quando precisam de algum serviço público básico como saúde ou educação. Lá os republicanos jamais aceitariam qualquer coisa parecida com o nosso SUS. Como gostam de repetir no seu famoso refrão da austeridade: " Não existe almoço de graça". E torcem o nariz para o pacote de Obama que quer garantir atendimento pelo menos aos mais necessitados. A crise imobiliária ao que parece era apenas a ponta do iceberg. Muitas outras crises virão, pois, são apenas as conseqüências de um sistema assentado na mentira que movimenta trilhões de dólares fictícios. É apenas papel pintado não encontrando seu correspondente valor na produção econômica. A financeirização da economia levará todos ao precipício. O mundo terá que ser repensado e reorientado para uma nova ordem econômica. Os países emergentes poderão ter um papel fundamental nesta mudança de paradigma. Isto porém, só será possível se os atuais detentores do poder e do capital caírem em si e perceberem que o momento é de mudança. Se o sistema quebrar são eles os que têm muito mais a perder. Um mundo multipolar parece a pré-condição para iniciarmos o resgate da economia. Afinal se querem a ajuda dos emergentes, nada mais justo que estes também participem das decisões. Por ora, a ordem é protestar e fazer coro às milhares de vozes no planeta que já não suportam mais esta situação. Ao contrário do que diziam a história está vivíssima e pronta para fazer a humanidade avançar. Basta que queiramos.

LITERATURA

Será lançado, hoje, às 19 horas, no saguão da Biblioteca Central da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o livro "Crítica à razão acadêmica – Reflexão sobre a Universidade Contemporânea". Publicada pela Editora Insular e organizada pelos professores Waldir Rampinelli e Nildo Ouriques, a obra reúne textos de estudiosos da UFSC, da Universidade de São Paulo (USP) e da Ohio State University, dos Estados Unidos.

(IN)SEGURANÇA

Empreiteiras não cumprem itens de segurança, aponta laudo

No dia 07 de outubro, o Sinergia acompanhou a troca de um poste – que estava em pé amigo - realizada por duas empresas terceirizadas. A inspeção foi feita a pedido do Ministério Público e teve por objetivo conferir se as empreiteiras estavam cumprindo as medidas legais de segurança.

O reparo foi realizado no trevo de Santo Amaro da Imperatriz e durou cerca quatro horas, com movimento intenso de carros e pessoas. Para se ter idéia, entre trabalhadores, técnicos de segurança, representantes do MP, do sindicato e da Celesc, estiveram presentes, pelo menos, 25 pessoas.

No local, os peritos procuraram identificar irregularidades durante todas as etapas de trabalho. Ao final, tanto a engenheira de segurança do MP quanto o perito contratado pelo Sinergia constataram irregularidades nas atividades.

Segundo eles, "a abertura das chaves não deveria ter sido feita pela empreiteira, sendo responsabilidade da Celesc". Além disso, as empreiteiras não carregavam as listas atualizadas com o nome dos funcionários, cargos e cursos realizados, referente a um dos pedidos do MP. Faltavam também os rádios nos caminhões.

É importante lembrar que essa inspeção está ligada à Ação Civil Pública iniciada pelo MP em 2005, onde o órgão recebeu denúncia sobre o descaso por parte da Celesc em relação a seus empregados terceirizados.

Falta segurança na ARJSL

Depois de tantas idas e vindas, já não se sabe a quanto tempo perdura a situação de insegurança na Agência Regional de Jaraguá do Sul.

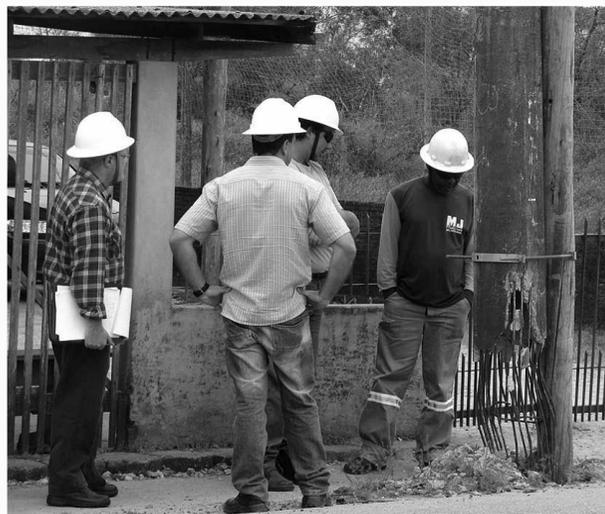
Com tantos email's e cartas enviados para tantos destinatários diferentes, só nos cabe indagar publicamente aos responsáveis:

À quem deve ser enviado o calendário de reuniões da CIPA de Jaraguá para que um técnico de segurança compareça a elas?

O fato é que não existe responsabilidade e empenho da empresa para que ocorra uma evolução na Segurança e Medicina do Trabalho. Além da Agência pensar desde a sua criação com a falta de um Técnico de Segurança, o descaso ultrapassa o bom senso: apesar das declarações do Chefe da Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho de que o atendimento à Jaraguá deve ser feito pelo Técnico da ARJOI, conforme email do dia 21/02/11, até hoje nenhuma providência foi tomada e nada foi resolvido.

Infelizmente o caso na Agência Regional de Jaraguá do Sul é apenas uma amostra da falta de bom senso da empresa no trato com os trabalhadores. Já há algum tempo reivindicamos a contratação de pelo menos 1 técnico de segurança por Agência Regional, dada a periculosidade do trabalho com energia elétrica. Ao invés de proporcionar o atendimento de qualidade que os trabalhadores merecem, a empresa escolhe sobrecarregar os Técnicos de Segurança, que nada podem fazer para atender a demanda de diversas regionais ao mesmo tempo.

Enquanto a Celesc não se conscientizar, quem acaba pensando são os trabalhadores (novamente).



ONS

Paralisação vitoriosa

Depois de 13 anos, os trabalhadores do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) realizam paralisação nacional por ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) digno. A paralisação no Operador Nacional do Sistema Elétrico em Florianópolis, na última segunda-feira, dia 17, até o meio-dia atingiu também as bases do ONS em Brasília, Rio de Janeiro e Recife. Marinho Maia, diretor do Sinergia-Florianópolis, avalia que a forte insatisfação dos trabalhadores contra a política de RH praticada pela diretoria da empresa motiva essa grande indignação.

Nesses 13 anos, as negociações salariais sempre ocorreram com avanços ou renovação do ACT. Porém, agora, não houve acordo com a direção do Operador, e a decisão do ONS de reduzir o percentual estabelecido no acordo coletivo para a gratificação de férias e reduzir a política de remuneração coletiva aumentou a tensão existente, já que a política salarial diferenciada praticada entre gerentes e trabalhadores no PGCR é um dos motivos de tanta insatisfação interna e tem provocado a perda de trabalhadores



para o mercado.

Uma nova rodada de negociações está marcada para o próximo dia 20 de outubro. Esperamos que saia uma solução para o impasse. Não vamos abrir mão de nenhum benefício que conste no Acordo Coletivo vigente. Cabe à direção do ONS promover essa discussão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, que é o órgão regulador do NOS, no orçamento do ano que vem, e não fazer previsões pessimistas, quanto a cortes no orçamento. Quem morre de véspera é peru. Parabéns a todos que participaram com sua indignação da primeira paralisação, e fiquem atentos ao chamado do sindicato.

É preciso investir

A Celesc lançou, na manhã da última segunda-feira, o Plano de Investimento no setor elétrico de Santa Catarina para o período de 2012-2015. Conforme informações da empresa, o plano detalha as obras de expansão necessárias para atender ao crescimento de mercado, com investimentos previstos na casa de R\$ 1 bilhão e 750 milhões. A Intercel

lembra a todos que um plano de investimento do tamanho que a Celesc necessita é bandeira de luta dos trabalhadores, que combateram o sucateamento da empresa promovido nos últimos anos. Apoiamos a idéia e manteremos uma postura fiscalizadora ao longo do cumprimento desse Plano, para que os investimentos anunciados sejam concretizados.

ELEIÇÕES SINDICAIS SINDINORTE Edital de Convocação

Pelo presente edital ficam convocados todos os associados em gozo dos direitos sociais, para eleição de Representante Sindical do Sindinorte-SC, Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina, para o mandato de 16/12/2011 a 30/06/2014. A eleição ocorrerá nos dias 17 e 18/11/2011, no período das 07h30min às 17h30min, conforme itinerário anexo.

As vagas estarão dispostas da seguinte forma:

- Joinville – 4 vagas
- Jaraguá do Sul – 1 vaga
- Canoinhas – 1 vaga
- São Bento do Sul – 1 vaga
- Mafra – 1 vaga
- Eletrosul – 1 vaga

Fica aberto o prazo do dia 24/10/2011 a 04/11/2011 para registro de candidaturas, conforme prevê o artigo 41 do Estatuto Social.

Os requerimentos de registro de candidaturas deverão ser formalizados em duas vias e protocolados na secretaria do Sindicato, que estará funcionando neste período no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

O presente processo eleitoral será regido segundo os termos dos artigos 38 a 120 do Estatuto Social da Entidade.

Joinville, 17 de outubro de 2011.

WANDERLEI LENARTOWICZ
Presidente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista responsável: Mylene Margarida (MTb/SC 00318 JP). Estagiário: Rafael Sprigco - Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva, Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TVFLORIPA
4 da NET e em
www.tvfloripa.org.br

Jornalista, só com diploma!

Melhor para o Jornalismo, melhor para a sociedade

Desde o início do século passado, os jornalistas brasileiros, com o apoio da sociedade, lutam pela exigência formação universitária específica em Jornalismo como principal requisito para o exercício da profissão. Isto principalmente por considerarem que a obrigatoriedade do diploma para a obtenção do registro profissional constitui um dos instrumentos para a construção e defesa de um Jornalismo independente, responsável e democrático. Um Jornalismo exercido com ética e efetivamente voltado a atender ao interesse público e ao direito da sociedade de receber informação qualificada e plural.

No século 20, especialmente na sua segunda metade, no Brasil, nos Estados Unidos, em países europeus e em muitos outros, reconheceu-se no Jornalismo um ethos profissional. Validou-se, socialmente, um modo de ser profissional que tenta afastar a picaretagem e o amadorismo. Enfim, validou-se uma profissão – a de jornalista – que carrega como uma das suas principais e mais importantes características a vinculação da atividade ao interesse público e plural. Com isso, a profissão deixou de ser um bico, ocupada por apadrinhados indicados pelos patrões.

Aqui no Brasil, foi em 1969 que a legislação que regulamenta a profissão incluiu a necessidade da formação superior para se atuar no Jornalismo. Exatos 40 anos depois, em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou esta exigência, provocando o retrocesso àquele tempo obscuro em que não existia democracia no acesso à profissão, em que os critérios para a prática profissional dependiam bastante de relações de apadrinhamentos e interesses outros que não o do real compromisso com a função social da mídia.

A decisão, que resultou em mais um golpe contra o Jornalismo e a profissão de jornalista – e, portanto, também contra a população no seu direito de informar adequada e responsabilmente – foi do STF (Supremo Tribunal Federal). Mas, por trás ou na linha de frente de constantes ataques que a regulamentação e o exercício da profissão sofrem historicamente sempre estão os chamados “donos da mídia”, as grandes empresas de comunicação. Seus objetivos: desqualificar a profissão, precarizar relações de trabalho, ampliar arrocho salarial, ser “donos” da informação,

das liberdades de expressão e de imprensa. Só o ingênuo ou mal intencionado não vê que a desregulamentação da profissão de jornalista, com o fim da obrigatoriedade do diploma, tem este objetivo.

Hoje, qualquer pessoa pode exercer o Jornalismo, mesmo sem condições técnicas, teóricas e éticas. E quem decide quem pode ou não ser jornalista são somente os patrões. Por isso, defender o Jornalismo como prática profissional exclusiva de jornalistas formados está longe de ser uma questão única e meramente corporativa. Trata-se, acima de tudo, de atender à exigência da sociedade, cada vez maior na contemporaneidade, de que os profissionais da comunicação tenham uma formação de alto nível.

O ofício de levar informação à população já existe há quatro séculos. Ao longo deste tempo foi-se construindo a profissão de jornalista que, por ter tamanha responsabilidade, à medida que se desenvolveu o ofício, adquiriu uma função social cada vez mais fundamental para os cidadãos. E para dar conta do seu papel, nestes quatro séculos, o Jornalismo se transformou e precisou desenvolver habilidades técnicas e teóricas complexas e específicas, além de exigir, também, sempre mais, um exercício baseado em preceitos éticos e que expresse a diversidade de opiniões e pensamentos da sociedade.

Por isso, a formação superior específica para o exercício do Jornalismo há muito é uma necessidade defendida não só pelos jornalistas. A própria sociedade já se deu conta da importância dessa exigência. Por diversas vezes, já deixou bem claro que quer jornalista com diploma. Por exemplo, em 2008, pesquisa do Instituto Sensus, realizada em todo o país, mostrou que 74,3% dos brasileiros são a favor da exigência do diploma de Jornalismo. E a população tem reafirmado diariamente essa sua posição, sempre que reclama por mais qualidade e democracia no Jornalismo.

A Constituição, ao garantir a liberdade de informação jornalística e do exercício das profissões, reserva à lei dispor sobre a qualifica-



ção profissional. A regulamentação das profissões é bastante salutar em qualquer área do conhecimento humano. É meio legítimo de defesa corporativa, mas, sobretudo, certificação social de qualidade e segurança ao cidadão. Impor

aos profissionais do Jornalismo a satisfação de requisitos mínimos, indispensáveis ao bom desempenho do ofício, longe de ameaçar à liberdade de Imprensa, é um dos meios pelos quais, no estado democrático de direito, se garante à população qualidade na informação prestada - base para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas.

A existência de uma Imprensa livre, comprometida com os valores éticos e os princípios fundamentais da cidadania, portanto cumpridora da função social do Jornalismo de atender ao interesse público, depende também de uma prática profissional responsável. A melhor forma, a mais democrática, de se preparar jornalistas capazes a desenvolver tal prática é através de um curso superior de graduação em Jornalismo.

A volta da exigência de formação de nível superior específica para o exercício da profissão, portanto, representa um avanço no difícil equilíbrio entre interesses privados e o direito da sociedade à informação livre, plural e democrática. Entendendo a necessidade imperiosa deste equilíbrio e atendendo aos anseios da população e dos jornalistas, imediatamente após a decisão do STF, ainda em 2009, a Câmara Federal e o Senado iniciaram a tramitação das chamadas PECs do diploma de jornalista, propondo a volta e da exigência da formação superior específica para o exercício do Jornalismo. Dessa forma, o parlamento brasileiro respondeu adequadamente, sintonizado com a opinião pública, a um processo de judicialização da vida nacional, com caráter nitidamente conservador.

A PEC 33/2009, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares e relatoria do senador Inácio Arruda, e a PEC 386/2009, de autoria do deputado Paulo Pimenta e relatoria do deputado Maurício Rands, por um lado, resgatam a

dignidade dos jornalistas brasileiros e contribuem para a garantia do jornalismo de qualidade. Por outro lado, as PECs estabelecem o local adequado para a discussão extemporânea, promovida pelo STF que, a serviço das grandes empresas de comunicação do país, prestou um desserviço à sociedade brasileira ao desregulamentar a profissão de jornalista.

Nós, jornalistas, com apoio dos cidadãos que entendem a importância do Jornalismo exercido com responsabilidade, democracia, capacitação qualificada e ética, apostamos na independência e na vocação democrática do parlamento para reverter esta decisão nitidamente obscurantista do STF. Sabemos que essa decisão teve como único objetivo atingir a profissão de jornalista e a sua capacidade de expressar a liberdade de expressão prevista na Constituição Brasileira. Estamos em campanha pela votação imediata das emendas, tanto no Senado quanto na Câmara. Milhares de cidadãos brasileiros já assinaram o abaixo assinado que reivindica a aprovação da PECs, em <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2011N8603>. No site da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), também se encontram os contatos de todos os senadores e deputados federais para o envio de mensagens de apoio às PECs.

Somos mais de 60 mil jornalistas em todo o país. Milhares de profissionais que somente por meio da formação, da regulamentação, da valorização do seu trabalho, conseguirão garantir dignidade para sua profissão, e qualidade, interesse público, responsabilidade e ética para o Jornalismo praticado hoje no Brasil.

E não apenas a categoria dos jornalistas, mas toda a Nação continuará perdendo se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no país permanecer exclusivamente nas mãos de interesses privados e motivações particulares. Os jornalistas e a sociedade esperam que o parlamento imediatamente restabeleça a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil. Para o bem do Jornalismo e da própria democracia.

Valci Zuculoto

Jornalista, prof. de Jornalismo da UFSC, vice presidente do SJSC, diretora da FENAJ

Sérgio Murillo de Andrade

Jornalista, ex-presidente e atual diretor da FENAJ e do SJSC